

prerrogativa no Congresso

8 □ 1º caderno □ domingo, 18/12/83

Privilégio

Brasília — No início deste mês, o Deputado Flávio Marçilio (PDS-CE), presidente da Câmara, recusou, visivelmente irritado, a passagem aérea enviada pelo Governo do Chile para sua viagem àquele país, a convite. Motivo: o vôo não tinha primeira classe e ele não viaja em classe turística. Mandou comprar um novo bilhete, por conta da Câmara, e viajou, em primeira classe, pela Air France. Preço da passagem: 1 mil 228 dólares pelo trecho Rio-Santiago-Rio.

Esse é apenas um dos pequenos exemplos de como as chamadas "prerrogativas" dos parlamentares são exigidas ao pé da letra. A viagem de Marçilio ao Chile — onde o Parlamento está fechado — teve outros lances. Não havia lugar na primeira classe para todos os seus acompanhantes — cinco deputados federais e o secretário-geral da mesa da Câmara, Paulo Afonso Martins, seu fiel escudeiro. Foi providenciado um sorteio para definir quem iria na classe turística, pondo fim à disputa, sem que se revelasse o resultado.

Merecimento

Quando da aprovação do projeto de reclassificação do funcionalismo da Câmara, a liderança do PDS apresentou uma emenda, redigida pelo Deputado Francisco Studart (PTB-RJ), terceiro-secretário da Casa. Através dela, o funcionário da Câmara ocupante de cargo da última letra da tabela funcional, ao apresentar-se no exercício do mandato de deputado federal, passaria a perceber vencimentos equivalentes aos da categoria DAS-6, a mais importante do quadro (Cr\$ 774 mil 971). Acontece que, dos 8 mil 100 funcionários do Congresso, o único que se encontra nessa condição, podendo ser beneficiado pela emenda, é o próprio Deputado Francisco Studart.

A Emenda Studart caiu, depois que o líder do PT, Álton Soares (SP), pronunciou-se contra ela. O próprio Studart foi à tribuna dizer que merecia "aquel", pelo seu trabalho, mas acabou por pedir a retirada da proposição. Studart é o mesmo Deputado que propôs à Mesa que nenhum parlamentar pudesse receber cota mensal de passagens aéreas inferior à metade da mais alta cota, paga aos deputados dos Estados mais distantes. Marçilio não admitiu sequer submeter a proposta à Mesa, segundo revelou um deputado.

Vantagens

No imenso prédio do Congresso Nacional, um colosso que consome a energia elétrica exigida por uma cidade de 100 mil habitantes, é protegido por 230 agentes de segurança e tem carpetes em área suficiente para revestir seis campos de futebol do tamanho do Maracanã, os 47 deputados e 69 senadores, juntamente com um privilegiado e pequeno grupo entre os funcionários, desfrutam de vantagens especiais.

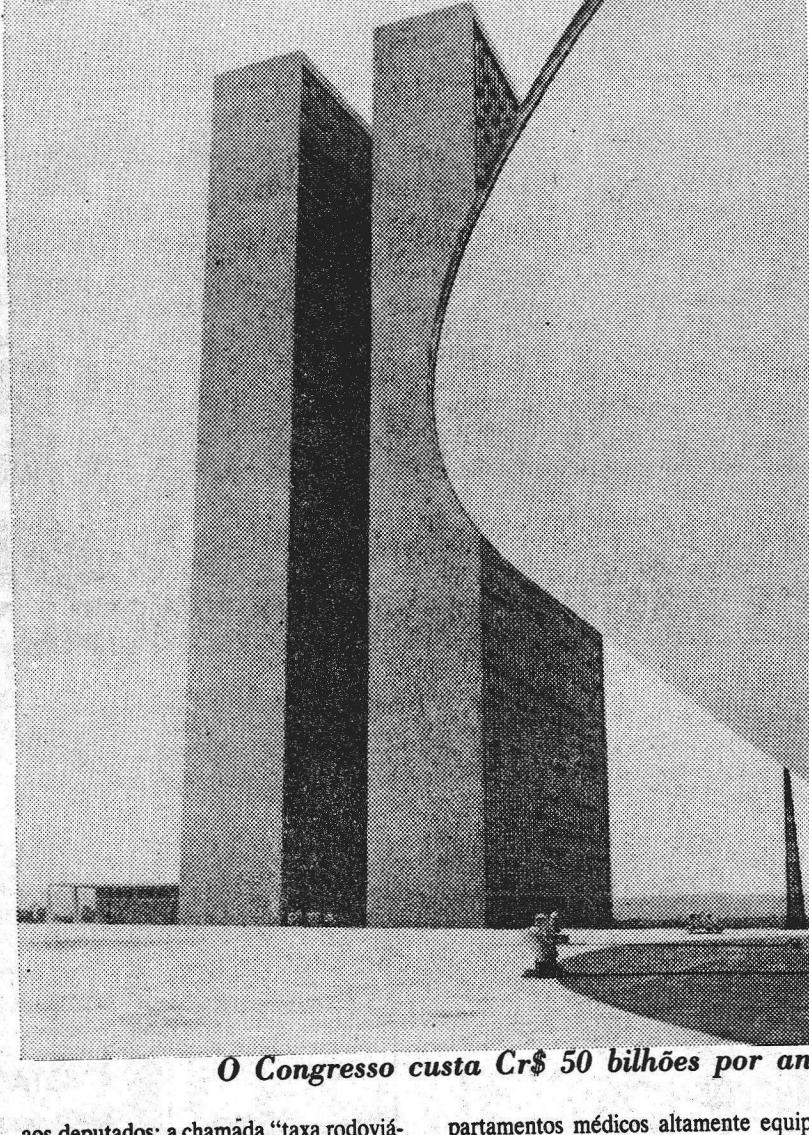
Um alto funcionário da Câmara acha difícil entender como uma pessoa gasta uma fortuna para se eleger congressista, se os vencimentos e subsídios não parecem compensadores. Realmente, em matéria de vencimentos, não há exagero — opina o funcionário. O contracheque de um deputado federal aponta os seguintes itens: subsídio fixo Cr\$ 300 mil; subsídio variável — Cr\$ 373 mil 770; sessões extras — Cr\$ 809 mil 835; total — Cr\$ 1 milhão 483 mil 605. Sofre os seguintes descontos: Instituto de Previdência do Congresso (pecúlio e aposentadoria) — Cr\$ 92 mil 295; taxa de apartamento — Cr\$ 180; taxa dos móveis — Cr\$ 30; taxa de conservação — Cr\$ 300. Sobram, líquidos, Cr\$ 1 milhão 390 mil 800.

A esse subsídio em dinheiro, cada deputado tem acréscimas as vantagens, das quais dificilmente se pode obter o valor real. Cada um deles tem direito a um gabinete, com telefone e três funcionários, inclusive um assessor com vencimentos de Cr\$ 480 mil. O telefone tem franquia até Cr\$ 190 mil mensais. Só a partir desse limite o deputado começa a pagar. Tem ainda cota para impressos na gráfica do Senado, onde pode imprimir cartões de Natal, convites para casamento de filhos, calendários, propaganda eleitoral, livros, separatas, avulsos de projetos etc.

Tem mais: um clube com duas sedes, uma urbana e uma à beira do lago Paranoá, um serviço de saúde com 30 médicos, ambulâncias e atendimento a domicílio, transporte escolar para os filhos e franquia de 400 cartas e 100 telegramas por mês, além de uma verba especial para distribuir entre entidades assistenciais e cotas para bolsas-de-estudos.

Gasolina

Mês passado, a Mesa da Câmara adotou uma resolução que agradou muito



O Congresso custa Cr\$ 50 bilhões por ano

aos deputados: a chamada "taxa rodoviária" — uma ajuda mensal que cada deputado recebe para compensar a perda, a partir do ano passado, dos carros oficiais — será reajustada automaticamente toda vez que houver aumento dos derivados de petróleo. Atualmente a taxa é de Cr\$ 600 mil por mês. A isso se deve somar a ajuda de custos de Cr\$ 662 mil, paga quando da abertura de cada sessão legislativa.

Para completar, cada um dos parlamentares recebe por mês um crédito junto às companhias de aviação, equivalente a uma passagem de ida e volta ao Rio de Janeiro, uma outra de Brasília para a Capital do seu Estado, via Rio de Janeiro, e mais duas para viagem direta ao seu Estado. Um deputado do Amazonas, por exemplo, percebe um crédito mensal de Cr\$ 1 milhão 84 mil. Quem ganha menos é o representante de Goiás, cuja cota é de Cr\$ 421 mil. Esse crédito pode ser usado para pagar viagens do deputado, parentes, amigos, eleitores etc., valendo também para levar filhos à Disneyworld e para excursões da família à Europa.

Viagens

Mas nem sempre os parlamentares gastam suas cotas nas viagens ao exterior. E de praxe, quando designados para integrar delegações oficiais, que cada um recebe, além de uma ajuda em dólares que varia conforme a missão, o dinheiro para uma passagem aérea de ida e volta, em primeira classe. Os mais espertos, mediante uma pequena diferença, substituem a passagem por duas de classe turística, levando também a mulher. E, usando os meios de que dispõem os assessores, são embarcados gentilmente na primeira, pagando como turista.

Nos últimos dias da legislatura que se encerrou este mês, uma delegação de deputados chegou de Cuba, um outro grupo seguiu para a União Soviética, ao mesmo tempo em que dois mais se preparam para ir à Argentina (posse de Alfonsín) e ao Chile, este chefiado por Marçilio. Uma revoada que incluiu o presidente do PDS, Senador José Sarney, o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, o Senador Virgílio Távora (PDS-CE), o Deputado Aytron Soares (PT-SP) e vários outros, levou aos Estados Unidos uma dezena de parlamentares, na qualidade de "observadores à Assembléia Geral da ONU". Registre-se que os que foram à Argentina pagaram suas passagens, e os que se encontraram na União Soviética só tiveram mordomia a partir de Paris. Até a França, pagaram seus bilhetes aéreos com os créditos que receberam da Câmara.

Uma verdadeira cidade, com mais de 122 mil metros quadrados de área construída, o Congresso tem tudo de que necessitam seus inquilinos principais para o seu trabalho e seu lazer. Ali existem seis agências bancárias, três de Correios, três restaurantes, cinco lanchonetes, 90 copas, dois salões de barbeiro, dois de-

partamentos médicos altamente equipados, duas farmácias, um supermercado, duas bibliotecas, uma gráfica, um serviço de processamento de dados e posto de gasolina, além de bancas de jornais, agências de empresas aéreas, vários auditórios e duas garagens. O número de telefones instalados no complexo — 1 mil 200 números diretos e mais de 3 mil ramais — supera todo o sistema telefônico de Boa Vista, Capital de Roraima.

Mais de Cr\$ 2 bilhões mensais são pagos em vencimentos aos mais de 8 mil funcionários do imenso prédio que, pelo Orçamento da União para o próximo ano, deverá consumir quase 0,5% da despesa nacional — Cr\$ 50 bilhões, sujeitos a suplementações.

Fraude

O líder do PT, Deputado Álton Soares, pediu, ao encerrar-se a última sessão legislativa, que o presidente da Câmara adote medidas para forçar os deputados a comparecer ao plenário. "Precisamos acabar com as presenças fantasmagóricas de deputados, que permitem que sejam realizadas sessões com apenas três parlamentares, enquanto as listas acusam o comparecimento de 200 ou 300", diz Soares. Esse expediente é que permite a deputados como o presidenciável Paulo Maluf (PDS-SP), Herbert Levy (PDS-SP), Sérgio Philomeno (PDS-CE), Paes de Andrade (PMDB-CE) e outros quase nunca serem vistos em plenário, embora em vários casos tenham anotadas suas presenças totais e recebam o dinheiro pelas sessões a que não assistem.

Para divulgar as realizações dos parlamentares, que muitas vezes se resumem a discursos que eles nem mesmo lêem — pedem à mesa que os deem como lidos e depois ouvem na Voz do Brasil que discursaram — a Câmara tem uma equipe de 43 jornalistas, seis dos quais ganham Cr\$ 322 mil por mês (letra 22, na tabela), 36 ganham Cr\$ 278 mil e um ganha Cr\$ 175 mil, por estar no topo da tabela. Esses valores podem até dobrar todos os meses, dependendo do serviço extraordinário, que não existe no recesso. Alguns são privilegiados e não trabalham, ocupando ainda cargos DAS, que lhes acrescem os salários em mais Cr\$ 500 mil, em média.

Um deputado do PDS afirmou ao JORNAL DO BRASIL que "com todos esses privilégios, que são pequenos em relação aos Congressos de outros países, o Legislativo ainda é pouco oneroso para a nação e a ela presta inestimáveis serviços". E indagou, zangado, antes de dirigir-se à assessoria parlamentar para apurar um discurso que encomendara sobre a seca no Nordeste: "Por que vocês só fazem levantamentos sobre os gastos da Câmara, esquecendo de levantar os milhões que alguns Ministros estão gastando por aí em vôos de primeira classe, jatinhos fretados, caviar, uísque, hotéis de luxo, sem resultado algum para o país?".